



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Jornalismo Ambiental e o acontecimento discursivo: a teoria dos sistemas vivos e a cooperação no ambiente de produção jornalística

Carlos André Echenique Dominguez¹

Resumo: Buscamos neste artigo pensar o jornalismo ambiental e o acontecimento discursivo, partindo da reflexão sobre a compreensão científica dos sistemas vivos onde a cooperação está acima da competição para a sobrevivência e evolução. Aproximamos noções do Jornalismo com o proposto por Capra, em especial no que seria um caminho para a defesa do acontecimento ambiental, dentro da discussão sobre o acontecimento verificada na obra de Sodré. Apontamos que para o exercício do Jornalismo Ambiental   necessário uma mudança na visão do acontecimento jornalístico, de forma a ensinar aos jornalistas como eles estão sabendo das coisas que sabem. Assim, norteados pelos parâmetros de Santos na reflexão sobre a natureza e o homem, apontamos no es e práticas jornalísticas que podem ser aprimoradas na academia e na produ o jornalística

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental; Acontecimento; Discurso; Natureza; Teorias do Jornalismo

1. Introdu o

Gostaria de falar do Jornalismo Ambiental como quem fala da vida. Os que estudam a Comunica o em geral e o Jornalismo em particular se defrontam com questionamentos sobre a inser o do jornalista na máquina comercial de informa o mundial que influenciaria comportamentos na contemporaneidade atrelada a interesses corporativos que distanciam a prática jornalística de valores como interesse público, bem-estar social, controle do Estado, fiscaliza o de atividades públicas e privadas, debate de propostas de gestão de problemáticas socioambientais, entre outros temas que consolidaram historicamente uma práxis e um *ethos* na profissão. A

¹ Mestre em Comunica o e Cultura pela UFRJ, Professor no Curso de Jornalismo do Cesnors/UFSM, Doutorando do PPGCOM/UFRGS na Linha de Pesquisa Jornalismo e Processos Editoriais, e-mail: cadredominguez@gmail.com



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

estes parâmetros clássicos buscaremos agregar outras problemáticas da contemporaneidade de forma a observar a complexidade do fenômeno jornalístico de outros pontos de vista. No trajeto, iniciamos por uma aproximação do Jornalismo Ambiental com a reflexão sobre os sistemas vivos produzida na síntese teórica proposta pelo físico Fritjof Capra em seu livro “A teia da vida”. A seguir entramos na discussão sobre as intersecções entre o pensamento dos sistemas da vida, ambientalismo e jornalismo ambiental. Ao final, convergimos com estas noções para o debate sobre o acontecimento, jornalístico e discursivo, para enfim, se aproximar da ideia de um acontecimento jornalístico ambiental.

2. O estudo da vida

Em sua obra, Capra faz um percurso que percorre os ramos mais de ponta em diversas áreas das ciências, indo da parte para o todo, passando da química à física, da biologia à microbiologia, pela psicologia e indo até a filosofia, para propor uma nova concepção da vida. Em um trabalho tão denso e complexo, optamos por iniciar esta reflexão por um fato bem conhecido: a teoria da evolução, formulada por Charles Darwin. Segundo Darwin, a natureza evolui por meio da seleção natural onde, a grosso modo falando, uns triunfam sobre os demais. Somente os melhores adaptados permanecem evoluindo. Se em 1859, quando foi lançado o livro *A Origem das Espécies*, estes posicionamentos causaram grande polêmica, hoje, a crença irrefletida nos postulados de Darwin levam, segundo Capra, muitos cientistas a erros de avaliação. Na verdade, o que os estudos de hoje demonstram é que a biologia evolutiva neodarwiniana se encontra superada e obsoleta. A microbiologia já provou que a evolução da vida é muito anterior ao surgimento de animais. Os biólogos sistêmicos descrevem a vida como “uma rede auto-organizadora capaz de produzir espontaneamente novas formas de ordem” (CAPRA, 2006, p.182).

Para Capra, que formula seu pensamento ancorado em pesquisadores de ponta

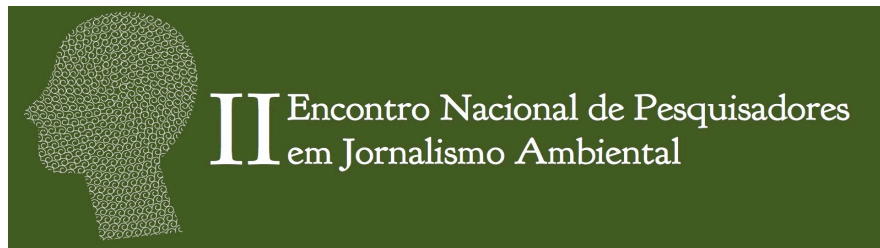


29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

como Prigogine (estruturas dissipativas), Eigen (laços catalíticos), Kauffman (redes binárias), Maturana e Varela (autopoiese) e Lovelock e Margulis (Teoria de Gaia), expõe o que seria um erro na concepção darwiniana de adaptação. Diz ele: “ao longo de todo o mundo vivo, a evolução não pode ser limitada à adaptação de organismos ao seu meio-ambiente, pois o próprio meio-ambiente é modelado por uma rede de sistemas vivos capazes de adaptação e criatividade. Portanto, o que se adapta ao quê? Cada qual se adapta aos outros – eles co-evoluem”. (idem). O foco passa assim da evolução individual de um organismo para a co-evolução. Teríamos assim “uma sutil interação entre competição e cooperação, entre criação e adaptação” (idem). Segundo as principais pesquisas das três últimas décadas, são três os caminhos da evolução: a mutação, a recombinação de ADN e a simbiogênese. A mutação é a peça central da teoria darwiniana e descreve a mudança aleatória e casual nos genes. A recombinação de ADN, uma revolucionária descoberta no comportamento de micro-organismos que prevê a colaboração entre estruturas e uma intrincada troca de genes entre eles. E a simbiogênese, descoberta ainda mais fantástica que mostra como micro-organismos trabalham juntos e compartilham o mesmo “corpo” para evoluir e viver melhor, ou seja, obter mais energia para ambos, e, assim, tornar-se para observadores de fora como que um único organismo.

Essa nova visão tem forçado biólogos a reconhecer a importância vital da cooperação no processo evolutivo. Os darwinistas sociais do século XIX viam somente competição na natureza – 'natureza vermelha em dentes e em garras', como se expressou o poeta Tennyson -, mas agora estamos começando a reconhecer a cooperação contínua e a dependência mútua entre todas as formas de vida como aspectos centrais da evolução. Nas palavras de Margulis e Sagan: 'A vida não se apossa do globo pelo combate, mas sim pela formação de redes'. (CAPRA, 2006, p.185).

Tal formulação desmonta os até então sólidos argumentos da competitividade adotada pelo capitalismo clássico como metáfora para a sua própria justificação. “Só os mais fortes sobreviverão”, “É necessário competir para triunfar”, entre outros



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

lemas que estão incorporados a cultura ocidental e são repetidos como mantras. Porém, Capra apresenta um mantra distinto, baseado na própria organização dos sistemas vivos no planeta, bilhões de anos mais antigo e existente até hoje em todos os seres vivos, inclusive os seres humanos. Nesta perspectiva, a cooperação e a “criatividade inerente a todos os sistemas vivos” são os fatores que garantiram a diversidade natural sempre crescente.

Diz Capra: “O reconhecimento da simbiose como uma força evolutiva importante tem profundas implicações filosóficas. Todos os organismos maiores, inclusive nós mesmos, são testemunhas vivas do fato de que práticas destrutivas não funcionam em longo prazo. No fim, os agressores sempre destroem a si mesmos, abrindo caminho para outros que sabem como cooperar e como progredir” (CAPRA, 2006, p.193). Este posicionamento, que enfatiza nos sistemas vivos a cooperação e não a competição, aplicado aos sistemas de organização social ou até utilizado como parâmetro para a análise de problemáticas ambientais da atualidade permitem que o analista observe o acontecimento de outro patamar.

Nesta ótica, as mazelas socioambientais que enfrentamos se devem em muito pelo estímulo a uma competitividade destrutiva de origem na estruturação no cambaleante sistema-mundo capitalista. Aponta Leff os problemas que este sistema econômico criado e exportado a força para fora do mundo ocidental traz para os países dominados.

“A concentração do capital gerou economias de escala que provocaram um crescimento do produto por unidade de capital. Estas formas de contabilizar o produto não incorporaram a avaliação do patrimônio natural, nem as condições de reprodução da base de recursos. Pelo contrário, a destruição ecológica aparece como uma contribuição ao produto interno. Também não foram considerados os efeitos dos gastos do excedente econômico na aquisição de tecnologias inapropriadas, em propiciar um consumo insustentável de mercadorias e na falta de apoios para a produção de bens básicos para os grupos majoritários da população e o fortalecimento de economias sustentáveis de subsistência” (LEFF, 2009, p.37).



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Este modelo é o que Leff denomina de mau desenvolvimento, que direciona toda a força produtiva de uma nação para a industrialização em grandes cidades, em uma esfera de alto consumo de bens e serviços, promovendo no restante do país a degradação ambiental, espoliação de recursos naturais, polarização social e distribuição desigual dos custos e benefícios do crescimento econômicos. (LEFF, 2009, p.37). Podemos dizer que a visão dominante do sistema mundial de organização capitalista afasta-se e se contrapõe a organização e estrutura natural. Por muito tempo este mito da modernidade foi reproduzido incansavelmente como o bordão do progresso tecnológico, na mídia e além dela. Do lado de lá a natureza, besta-fera a ser dominada. Do lado de cá a ferramenta de dominação, a razão tecno-científica ocidental. Nesta polaridade, o que não era progresso era considerado atraso e ignorância. Neste ponto, o jornalismo enquanto empresa capitalista de venda de informações seria obrigada a manter-se colocado ao lado das forças progressistas técnico-científicas. Este senso comum, porém, não permite verificar outras nuances do próprio jornalismo e questioná-los em seus próprios mitos. Aqui apontamos o que coloca Milton Santos, sobre a questão da técnica e da natureza em nossa sociedade:

“Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a Natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não querem se dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da competitividade, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada nova ordem mundial, onde os objetivos humanos e sociais cedem à frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. Não só a Natureza é apresentada em frangalhos, mas também a moral, e, na ausência de um sentido comum, já dizia o Marx da Miséria da filosofia, "é fácil inventar causas místicas". (SANTOS, 1992, p.102-103)

Desta invenção mística, tanto o jornalismo como o ambientalismo necessitam uma determinada distância para serem analisadas. Voltamos então a Capra. “A teoria dos sistemas vivos, a mente não é uma coisa, mas um processo. É a cognição, o



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

processo de conhecer, e é identificada com o processo da própria vida” (CAPRA, 2006, p.209). De acordo com ele, esta é a essência da Teoria da Cognição, proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela, os mesmos responsáveis pela elaboração da revolucionária noção de autopoiese. A radicalidade da proposta de Maturana e Varela parte de ligar a cognição ao sistema de vida. As raízes deste pensamento estão na cibernética, no estudo da mente e do conhecimento de uma perspectiva sistêmica interdisciplinar. Esta “ciência cognitiva”, segundo Capra, iniciou a partir da perspectiva de que a inteligência humana é semelhante à inteligência de um computador. Tal afirmação, até hoje propagada na mídia inúmeras vezes por ano faz parte do lugar comum da cognição e dominou as pesquisas nos últimos 40 anos. Mas está completamente errada. Imaginava-se que o processo de cognição envolvia “representação mental” Capra coloca que “assim como um computador pensa-se que a mente opera manipulando símbolos que representam certas características do mundo” (CAPRA, 2006, p.210). Na década de 70, o modelo do computador para a cognição foi derrubado pela hipótese da auto-organização. Foram apontadas duas deficiências do modelo computacional explicados por Capra: “a primeira é a de que o processamento de informações baseia-se em regras sequenciais, aplicadas uma de cada vez; a segunda é a de que ele é localizado, de modo que o dano em uma parte do sistema resulta em uma séria anormalidade de funcionamento do todo”. (CAPRA, 2006, p.210). Deste modo, deixa de se falar em símbolos, para falarmos em “conexões”. Não se falam mais em regras locais e sim em “coerência global”. Estamos aqui muito próximos a uma descrição das conexões na rede mundial de computadores, onde um terminal não mais determina o funcionamento do restante, mas sim onde são as conexões e as naturezas dos terminais que identificam e funcionalizam a rede. Porém não é só isso.

2. Produção em rede na vida e no jornalismo



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Maturana e Varela desenvolveram o conceito da autopoiese, que significa autocriação nos sistemas vivos. Para tanto, distinguem organização de estrutura. Organização “é o conjunto de relações entre seus componentes que caracteriza o sistema como pertencendo a uma classe”. Para os autores, a autopoiese é um “padrão geral de organização comum a todos os sistemas vivos, qualquer que seja a natureza de seus componentes”. Já a estrutura de um sistema vivo, ao contrário, “é constituída pelas relações efetivas entre seus componentes físicos” (CAPRA, 2006, p.89). Maturana e Varela estão falando de organização em sua teoria. Assim, eles definem a autopoiese como “uma rede de processos de produção, nos quais a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede” (CAPRA, 2006, p.89). Aqui gostaríamos de aprofundar um paralelo com a produção jornalística.

Temos no jornalismo atual “uma rede de processos de produção”? Em determinada medida, sim. Em um grande conglomerado de mídia ou em um grupo de “jornalistas sem fronteira” que atuam de forma descentralizada existe uma rede de processo de produção. Quando sucursais espalhadas em pontos distintos da rede trabalham em uma mesma pauta temos uma rede que executa processos de apuração de notícias. Agora, podemos dizer que a função de cada componente “consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”. Dificilmente. Porém, ao visualizarmos outra rede que não uma rede de produção de notícias comerciais, mas sim uma iniciativa de um determinado setor da sociedade, como por exemplo, uma iniciativa de combate ao câncer de colo de útero, poderíamos imaginar que a atitude final dos componentes é transformar “os outros componentes da rede”. Na política, quando se cria uma rede de apoio no intuito de alavancar uma candidatura, os componentes da rede desejam, sem sombra de dúvida, “participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede”. No próprio movimento ambientalista, um dos propósitos expressos pode ser traduzido na sentença chave da autopoiese: *participar da produção ou da transformação de*



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

outros componentes da rede.

No microcosmo do trabalho jornalístico, internamente dentro de uma redação, formam-se grupos de interesse (componentes) que de alguma forma, no decorrer das rotinas produtivas, em suas estratégias de sobrevivência ao ambiente de trabalho, ocorre, em determinada medida, atitudes que podem ser comparadas com a autopoiese. O trabalho de jornalistas mais experientes é considerado por jornalistas mais jovens, como um modelo de atuação. Mas existe uma situação de conflitos internos e de organização que dificilmente poderia tentar ser compreendida em modelos estáticos. Dentro de uma redação as coisas estão sempre mudando. Não só os temas de trabalho (pautas), mas também os componentes da rede e a própria rede. É comum dizer que o jornalismo é uma profissão distinta, pois as rotinas de trabalho não são rotinas, pois os procedimentos de apuração e edição nunca são iguais, uma vez que os acontecimentos também não o são. Neste ambiente dinâmico, todavia, existem posições que tendem a se mostrar aparentemente fixas, justamente para propor uma ordem ao caos. No caso, são as posições de chefia. Porém, dizemos apenas que tendem a se mostrar como fixas, pois no transcorrer do trabalho, são considerados profissionais mais capacitados justamente aqueles que conseguem se adaptar e adaptar os cânones profissionais a situações inimagináveis, acontecimentos inesperados, fatos imprevisíveis. Mesmo que hoje o jornalismo esteja sendo engessado em rotinas de enquadramentos oficiais e agendamentos econômicos, ainda há muito espaço para o imponderável. E, contraditoriamente são os assuntos imponderáveis, as novidades, os furos, que rompem com o pré-estabelecidos é que mais chamam a atenção do leitor. E, vendem mais jornal.

Porém, não basta ser novo. Dentro das premissas do jornalismo ambiental é necessário ter uma abordagem completa, sistêmica, do acontecimento. O ponto de vista do repórter deve ir adiante do factual. Neste ponto, a reportagem se revela como o gênero que naturalmente é usado para dar esta abordagem aos acontecimentos. Como se faz um grande repórter: é aquele que mais conhece determinado assunto.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Sobre a cognição, Varela coloca que “viver é conhecer”. Diz Capra que “um sistema autopoietico passa por contínuas mudanças estruturais enquanto preserva seu padrão de organização semelhante a uma teia” (CAPRA, 2006, p.211). Ou seja, um sistema vivo está inserido no meio ambiente, mas é autônomo. O jornalista está inserido em uma empresa jornalística, mas é autônomo. Quando Capra diz que o sistema vivo “se acopla ao seu ambiente de maneira estrutural, por intermédio de interações recorrentes, cada uma das quais desencadeia mudanças estruturais no sistema”, poderíamos dizer que cada jornalista inserido no sistema influencia a estrutura e é por ela influenciado. Esta é a questão.

Então, se existe veracidade nesta transposição de conceitos, há uma possibilidade dos saberes oriundos do Jornalismo Ambiental de fato interferirem na produção jornalística, seja na chamada comercial, seja na ecológica ou no webjornalismo.

“Um sistema vivo é uma rede multiplamente interconexa cujos componentes estão mudando constantemente e sendo transformados e repostos por outros componentes. Há uma grande fluidez e flexibilidade nesta rede, que permite ao sistema responder, de uma maneira muito especial, a *perturbações*, ou *estímulos*, provenientes do meio ambiente. Certas perturbações desencadeiam mudanças estruturais específicas – em outras palavras, mudanças na conexão de toda a rede”. (CAPRA, 2006, p.212-212)

4. E o acontecimento jornalístico?

O Jornalismo trabalha com acontecimentos. É uma noção que já foi foco do trabalho de diversos autores. Para falar do acontecimento jornalístico recorreremos a Sodré em sua obra “A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento” (SODRÉ, 2009). Para Sodré, existe um elemento fundamental na escolha de quais fatos sociais serão considerados acontecimentos midiáticos: a atualidade. Atualidade que se verifica na própria história do Jornalismo. Sobre este ponto afirma Sodré que o



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

“jornalismo enquanto prática narrativa, composta por um discurso que envolve a materialidade do jornal, a condição simbólica das ideologias envolvidas nessa prática (e que variaram nos últimos três séculos), além dos elementos sensíveis que garantem uma proximidade entre o leitor e o jornal, estabelecendo parâmetros para a prática jornalística enquanto construção de narrativas sobre o cotidiano”. (SODRÉ, 2009). De acordo com Sodré, o “real da notícia é a sua factualidade, a sua condição de representar o fato por meio do acontecimento jornalístico”. Também buscamos em Sodré uma breve mais enriquecedora definição da notícia:

“Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e processo produtivos, portanto de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significantes, 'os acontecimentos' a que se dá o nome de notícias” (SODRÉ, 2009, p.26).

Voltamos, neste ponto, ao que Capra apresenta sobre a Teoria de Santiago, de Maturana e Varela e a formação da cognição.

“A cognição não é a representação de um mundo pré-dado, independente, mas, em vez disso, é a criação de um mundo. O que é criado por um determinado organismo no processo de viver não é o mundo, mas sim *um* mundo que é sempre dependente da estrutura do organismo. Uma vez que os organismos no âmbito de uma espécie têm mais ou menos a mesma estrutura, eles criam linguagens semelhantes. Além disso, nós, seres humanos, compartilhamos um mundo abstrato de linguagem e de pensamento por meio do qual criamos juntos o nosso mundo” (CAPRA, 2006, p.213).

Ao derrubar a ideia de que a cognição é uma representação de um mundo que existe independentemente dela, Maturana e Varela instalaram uma polêmica epistemológica. Pensamos na cognição de jornalistas enquanto grupo social, ou de forma mais abrangente, como campo social, nos moldes do que coloca Bourdieu. O *ethos* profissional do jornalista é uma visão de mundo que depende, sim, da estrutura de quem o pensa. Existem muitas similitudes nos indivíduos jornalistas, assim como



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

divergências de posição ocasionadas pelas representações culturais dos indivíduos que criam mapas diferentes para representar o mesmo território. Assim, cada jornalista inserido no sistema influencia a estrutura e é por ela influenciado, mas esta influência depende da visão de mundo do profissional.

Também Maturana e Varela descredenciam a informação como necessária no processo de cognição. De acordo com Capra, temos convencionalmente a noção de que informação é algo “situado lá fora”. “É uma quantidade, um nome, ou uma breve afirmação que nós abstraímos de toda uma rede de relações, de um contexto no qual ela está encaixada e lhe dá significado. Sempre que tal 'fato' estiver encaixado num contexto estável que encontramos com grande regularidade, podemos abstrair-lo desse contexto, associá-lo com o significado inerente do contexto e chamá-lo de *'informação'*” (CAPRA, 2006, p.214). Na minha percepção, poucas vezes o trabalho de apuração jornalístico foi tão bem descrito. Em busca destes acontecimentos informativos, muitas vezes o jornalista acredita que o significado está na informação e não no contexto, na notícia e não na reportagem, no factual e não na cobertura completa.

Em outro momento, Foucault define o que é acontecimento dentro da abordagem genealógica (FOUCAULT, 1979), que se aproxima ao pensamento de Varela e Maturana, ao fazer referência à história “efetiva”. “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma a outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram no jogo da história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 1979, p. 28). Este acaso da luta, no dizer de Foucault, seria nos termos de Maturana e Varela a concepção autopoietica desenvolvida pelo processo de conhecimento que define um sistema vivo. Esta perspectiva teórica, no entanto, no fazer jornalístico predominante não tem guarida.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Sodré coloca, ao analisar o livro de Verón (Construir o Acontecimento), sobre a cobertura midiática do vazamento na central nuclear de Three Mile Island (EUA), em 29 de março de 1979, a questão do deslizamento de sentido. Para Sodré, ocorre ali uma manifestação da “natureza reflexiva da mídia”. Ou seja, o discurso jornalístico deixa de ser meramente informativo, mas é também “autoconfirmativo”. No dizer de Sodré: “gerador de uma circularidade: a enunciação *faz* o que o enunciado *diz*. Dá-se assim a profecia autorrealizadora, ou seja, uma superposição ou predição que, só pela única razão de ter sido feita, converte em realidade o fato suposto, esperado ou profetizado e, desta maneira, confirma sua própria objetividade”. (SODRÉ, 2009, p.39)

Os pontos de conflito e convergência teóricos entre o que pensamos fazer e o que fazemos estão sendo esmiuçados na obra de Varela e Maturana. Segundo os dois, é o ser humano que tem a capacidade de auto percepção, ou seja, “não somente saber, mas sabermos que sabemos”. Neste ponto me faço um profundo questionamento. Não estaria a nossa atual configuração social da prática jornalística levando a construção de um conhecimento (cognição) que na verdade nos afasta do conhecimento verdadeiro da realidade e contraria a nossa própria organização de sistemas vivo? Nossas janelas para o mundo estão sintonizadas com nossa autonomia enquanto organismos vivos ou apenas delegamos o nosso viver para sermos comunicados do que é necessário sabermos para manter a atual organização social em funcionamento. Dizem Maturana e Varela: “Na medida em que sabemos como sabemos, criamos a nós mesmos”. Ai está à parcela de contribuição do jornalismo ambiental. Ensinar aos jornalistas como eles estão sabendo das coisas que sabem. E envolvê-los na necessidade urgente de criarmos a nós mesmos, não reproduzirmos o que outros gostariam que nós reproduzíssemos. Retomando. O jornalista está inserido em uma empresa jornalística, mas é também autônomo. Cada jornalista inserido no sistema influencia a estrutura e é por ela influenciado.

Um local de disputa de sentido possível é a redação. Este espaço definido pelo



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

nome de redação é o que sempre simbolizou e gerou a prática jornalística como um ofício coletivo. Ali se escrevia sim, porém, nunca foi um trabalho solitário como o do romancista. Os textos de jornal eram escritos por uma pessoa sim, porém, sua elaboração enquanto ainda é pauta e sua edição após já ter sido apurado transcende ao mito do escrevinhador solitário. A edição, atividade que engloba o pensar um produto que reproduz notícias e seus, hoje, inúmeros gêneros desde a definição de formatos físicos, circulação, projetos gráficos, preço e investimento em pessoas que consigam executar o planejado, é um ofício único. Não há repórter sem editor e vice-versa. Podemos pensar em periodicidades distintas, veículos distintos, plataformas físicas distintas. Mantém-se o jogo editor e repórter. É a micro-célula da redação. Quando for destruída, destrói-se assim o jornalismo. Em uma redação, esta célula primeira é multiplicada. Temos assim até aqui a seguinte exposição de ideias: os organismos vivos trabalham melhor por cooperação do que por competição. Uma redação jornalística é um ambiente onde diversos seres vivos humanos executam determinadas atividades com valores específicos e um *ethos* oriundo de um arranjo social complexo onde coexistem inúmeras formas de apreender um acontecimento. Temos historicamente organizado, um meio de perceber este acontecimento que é o meio jornalístico praticado no ambiente redacional (que longe de ser uno, tem distintos tamanhos, formatos e orientações ideológicas). Necessitamos agora esboçar um ponto de convergência entre o saber jornalístico e o saber ambiental. Propomos uma análise ao nível do discurso como será demonstrado a seguir. Será que por esta multiplicação de células poderíamos chegar ao uso do acontecimento discursivo ambiental como subsídio da prática jornalística diária?

5. Acontecimento discursivo ambiental

Aqui gostaríamos de introduzir uma reflexão sobre outro campo do conhecimento que se ocupa dos problemas da comunicação e dá prosseguimento ao



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

pensamento marxista e a questão da ideologia, porém estabelecendo um diálogo com o pensamento de Freud e seus estudos sobre o inconsciente. Abordaremos a Análise do Discurso (AD), dentro dos parâmetros formulados por Michel Pêcheux na década de 60, na França. Esta reflexão se inicia antes, nos anos 50, com o nascimento do estruturalismo em oposição à abordagem da fenomenologia cuja obra de Sartre é emblemática. De acordo com Gregolin, “a noção de estrutura será difundida na França, pela interpretação das formulações saussurianas sobre o 'sistema linguístico’”. (GREGOLIN, 2004, p.20). Atribui-se a Lévi-Strauss a transferência dos modelos linguísticos propostos por Saussure para a Antropologia que logo a seguir foram adotadas pelas Ciências Humanas como um “modelo”. Gregolin se propõe a discutir dois autores (entre os muitos estruturalistas e diferentes estruturalismos), a saber, Foucault e Pêcheux, que “historicizaram as estruturas” (GREGOLIN, 2004, p. 25) e produziram uma articulação entre as propostas de Saussure, Marx e Freud promovendo releituras e deslocamentos nos conceitos principais.

Foi em uma relação tensa com estes teóricos que Pêcheux busca “construir a análise do discurso, e nela estão envolvidos a língua, os sujeitos e a História (GREGOLIN, 2004, p.53)”. Evitando se estender mais sobre as questões que envolvem Pêcheux e a evolução das noções da análise do discurso, recordamos a questão da discussão do sujeito, essencial para que possamos chegar à noção de acontecimento discursivo e, assim, retomar a problemática do acontecimento jornalístico e midiático permeados pela ideologia. Todo o sujeito discursivo é interpelado pela ideologia no inconsciente e esta ideologia vem do social, não do inconsciente, e opera por meio do esquecimento. Ou seja, a ideologia interpela o sujeito, cotidianamente, a partir de sua socialização, influenciando na consciência do real por meio de uma atuação acumulativa de experiências sociais filtradas no inconsciente. Assim, “se há discurso, estamos diante do ideológico” (INDURSKY, 2012). O esquecimento faz com que o sujeito seja interpelado, mas que não saiba disso. Há uma ilusão de que este sujeito é senhor do seu discurso.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Pensemos, pois, no Jornalismo. Admita-se que no discurso podem ser verificadas as posições-sujeitos, lugares onde o sujeito “inscreve-se”, sendo chamado de bom sujeito quando aceita os argumentos e ideias apresentadas e, assim, incorpora seu dizer ao dizer de uma determinada Formação Discursiva (FD). Esta filiação a uma FD não é perpétua. O sujeito muda de FD quando não mais concorda com ela (com o discurso e a ideologia), saindo de uma para outra, porém sempre sob a interpelação de uma ideologia. Chama-se “mau sujeito” aquele que tece restrições a determinado discurso, desconfiando de suas pretensões de verdade e de tentativas de unificação de práticas sociais. O “mau sujeito” restringe determinadas FDs, não aceitando esta posição-sujeito e sim, se colocando em uma posição-sujeito oposta. Enfim, este “mau sujeito” não percebe sem questionamentos a formação de sentido dominante de um discurso definido e, justamente, aponta incoerências e expressa sua discordância em outro discurso, já inscrito depois deste entremeio, em outra formação discursiva e, por conseguinte, interpelado também por ideologia. O sujeito está no já dito, mas faz opções ao ser interpelado ideologicamente e alinhar-se a uma FD onde pode ser bom ou mau sujeito. E esta identificação pode ser pacífica ou não.

É necessário neste ponto discorrer mais sobre o que Pêcheux formulou em relação à problemática do sujeito na AD. Para tanto nos apoiamos no trabalho de Freda Indursky que se deteve na questão (INDURSKY, 2002). O sujeito para a AD é duplamente afetado: pelo inconsciente em sua psique e interpelado pela ideologia em sua constituição social. Temos então “um sujeito *histórico, ideológico*, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente” (INDURSKY, 2002, p.11). Sendo a formação discursiva que regula “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p.163) pelo sujeito do discurso é necessário trazer o que Pêcheux coloca sobre este sujeito.

“A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1988, apud INDURSKY, 2002, p.11). O



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

autor complementa que esta identificação se dá “pelo viés da forma-sujeito” que se compreende como uma “tomada de posição” em relação aos mecanismos de identificação do “sujeito”, no “sujeito”. A seguir, está possível unicidade do sujeito é considerada como imaginária, uma vez que Pêcheux apresenta modalidades da tomada de posição. Este ponto particularmente nos interessa. A primeira modalidade seria a **superposição**, onde o sujeito do discurso se identificaria plenamente com a forma-sujeito (discurso do bom sujeito). A segunda modalidade é a **contra-identificação** (discurso do mau sujeito) e ela ocorre “quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual o sujeito do discurso se identifica” (INDURSKY, 2002, p.13). A própria questão das FDs estará assim influenciada por esta heterogeneidade do sujeito fazendo com que as formações discursivas (domínio de saber que representa um modo de relacionar-se com a ideologia vigente) também sejam heterogêneas. O teórico francês ainda apresenta uma terceira modalidade: a **desidentificação**. Nesse caso, “o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e forma-sujeito” (INDURSKY, 2002, p. 25).

Entendemos que no caso da superposição, os saberes da FD são reproduzidos tal e qual. Na segunda modalidade, a contra-identificação acaba por produzir um saber discordante que vem a fundar uma nova FD devido a tensão que gera no interior desta. Não há mais espaço para a permanência nesta FD. Indursky formula que também que é possível de ocorrer dentro de uma FD, sem necessariamente haver rompimento total, um distanciamento “em relação a alguns saberes que emanam da forma sujeito, o que vai dar origem a fragmentação da mesma” (INDURSKY, 2002, p. 25). Ou seja, a contra-identificação permitiria introduzir saberes em uma forma-sujeito divergentes do dominante, sendo denominados dissidentes, porém ainda distante da total ruptura ocasionado por uma desidentificação. Estas diferenciações resultam em dois tipos de acontecimentos: o discursivo e o enunciativo.



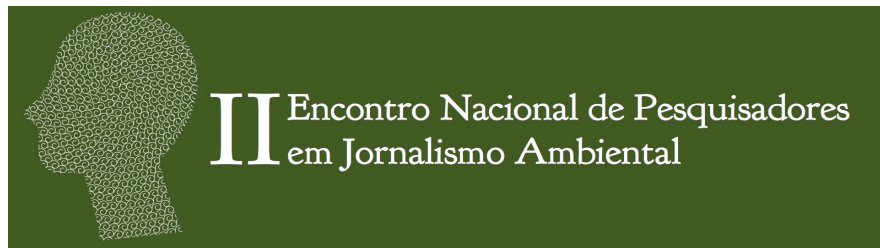
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Segundo Indursky, o **acontecimento discursivo** “determina o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva. Vale dizer: a ruptura é radical e definitiva; o sujeito não suporta mais os saberes da FD em que se inscrevia e com ela se desidentifica, dela se retirando. Este movimento o conduz necessariamente para a instauração de uma nova FD e a produção de novos saberes” (INDURSKY, 2002, p. 28). Conforme procuraremos demonstrar mais adiante, este é o tipo de acontecimento que tem maior relevância para a prática jornalística e que produz um movimento de grande impacto na sociedade quando dá circulação de informações jornalísticas específicas, em especial para este artigo no que se relaciona com a questão dos acontecimentos ambientais.

Por outro lado temos o **acontecimento enunciativo**. Este acontecimento “implica apenas na instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito.” (Ibid, p.28). Tentemos agora relacionar estes conceitos da AD com determinados saberes do fazer jornalístico. Pensemos no que estamos chamando de discurso jornalístico. Dentre os muitos tipos de discursos existentes em uma sociedade como a nossa, podemos citar vários: religioso, científico, escolar, militar, esportivo, econômico, ambiental, cultural, etc. Estes discursos, segundo Althusser, estariam vinculados a Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) específicos e, em conseguinte, produziriam ideologias nas relações dos indivíduos com suas realidades de existência.

“o que os homens se representam na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica e portanto imaginária do mundo real.”(ALTHUSSER, 1980, p. 81)

Esta relação mencionada por Althusser é visualizada na ideologia do jornalista



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

que tem relações de trabalho específicas com a prática de seu ofício. Temos então, voltando à formulação de Pêcheux, uma **formação ideológica** específica. Como todos os tipos de trabalho existem uma série de procedimentos e conhecimentos prévios necessários para desenvolvê-lo de forma correta e ética. Da mesma forma, existe por conta do caráter público da atividade, uma gama de interesses internos ao universo jornalístico e externo na produção das informações.

Um aspecto que diferencia este trabalho de outros é a maneira de obter informações. É dos cânones do Jornalismo a máxima de “ouvir sempre o outro lado”. Este preceito, em se tratando de jornalistas experientes, é materializado em um método de apuração obsessivo que pode prolongar esta etapa da produção de uma reportagem de dias a meses e de meses a anos. Obviamente, esta postura desencadeia dentro do processo de jornalismo diário conflitos que são tensionados exaustivamente entre as chefias e os repórteres. O que deveria ser veiculado em um dia é adiado. E o que estava previsto para a próxima semana, é adiantado para preencher espaços vazios. Esta tensão é um componente do cotidiano do jornalista. É necessário conviver com ela. Sempre. Mas é preciso um cuidado maior.

“A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto.” (SANTOS, 1992, p.101)

O resultado desta prática jornalística muitas vezes mutilada é este discurso jornalístico, publicado e/ou vinculado em órgãos de imprensa. Este discurso está, levando em conta as noções propostas pela Análise do Discurso, dentro de uma **formação discursiva** que se constrói dos conflitos que se manifestam nos discursos de todos os envolvidos no processo de produção de informações jornalísticas. Está na disputa imaginária entre as ideologias dos sujeitos envolvidos no processo resultantes das suas filiações a determinadas formações discursivas. E aí que podemos pensar



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

então em um acontecimento jornalístico ambiental. Já que entre os pressupostos do pensamento do jornalismo ambiental estão o pluralismo e a diversidade, a visão da disputa na formação de sentido pelo viés discursivo aponta para uma disputa de acontecimentos dentro de um ambiente jornalístico, há sempre a possibilidade, de acordo com a composição de indivíduos e suas visões de mundo, a existência de acontecimentos discursivos ao invés de apenas acontecimentos enunciativos.

“O Jornalismo Ambiental, como saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar umbilicalmente sintonizado com o pluralismo e a diversidade. O Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés” (BUENO, 2008, p. 111 apud GIRARDI e SCHWAAB, 2008)

Se, conforme aponta Bueno, o saber ambiental deve deixar os que detêm o monopólio da fala e buscar o diálogo múltiplo com os mais variados setores da sociedade, necessitamos olhar para os profissionais e suas respectivas formações culturais, profissionais e teóricas. Acreditamos que trabalhar tanto nos ambientes profissionais quanto nos jornalísticos com a possibilidade de que fossem aceitas práticas que objetivassem chegar ao acontecimento discursivo e ambiental. É este acontecimento, que trabalhado jornalisticamente, pode levar a questão ambiental a uma permanência na pauta do dia da sociedade e não restrita a momentos fortuitos de afloramentos catastróficos. Poderá com mais facilidade se nos cursos de formação de jornalistas a questão ambiental for tratada como fundamental e não mero modismo. Da mesma forma nas redações, que o saber da cooperação supere o da competição. E, tanto como jornalistas como professores de jornalismo possam participar *da produção ou da transformação de outros componentes da rede*.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Posições 2**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, org. SCHWAAB, Reges Toni, org. **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões.** Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

GREGOLIN, M.R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos.** São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória do sujeito em Análise do Discurso.** In: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E., CAZARIN, E.A. (orgs). *Práticas Discursivas e Identitárias.* Porto Alegre: Nova Prova Editora. 2008.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Florianópolis: Ufsc-Insular, 2001.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura. A territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso.** In: GADET, F., HUK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas: Editora Unicamp. 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente da psicologia social.** In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso.* Campinas: Pontes Editora, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a Natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. 1992. **A redescoberta da natureza.** Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 10 de março de 1992, publicado em *Estudos Avançados* 6(14), 1992.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1998.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SODRÉ, Muniz. **Notas para uma Teoria do Acontecimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.